



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria**

Processo nº 344/2026  
Projeto de Lei Executivo nº 04/2026  
Mensagem nº 05/2026

**PARECER**

Trata-se de pedido de apreciação de constitucionalidade e legalidade de projeto de Lei, proposto pelo Ilustre Prefeito Municipal de Cariacica, Euclério de Azevedo Sampaio Junior, que *“dispõe sobre a desafetação e doação de área ao Estado do Espírito Santo-ES para ampliar a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Crisóstomo Belesa”*.

Segundo a mensagem que acompanha o projeto, o Poder Executivo Municipal visa autorizar a desafetação e a doação de bem público municipal, localizado no Bairro Porto de Santana, área 1, neste Município, ao Estado do Espírito Santo, com a finalidade específica de promover a ampliação da EEEFM João Crisóstomo Belesa, a fim de atender à expressiva demanda de estudantes da região. A proposição fundamenta-se na necessidade de expansão da oferta educacional, inclusive com vistas à ampliação do ensino em tempo integral, sendo solicitado o trâmite em regime de urgência, nos termos do artigo 56 da Lei Orgânica Municipal.

A presente proposição atende aos requisitos formais exigidos pela Lei Orgânica Municipal, especialmente ao que dispõe o artigo 132, cuja redação prevê:

*Art. 132. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 27/2022)*

*I — tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 27/2022)*

Conforme se depreende do dispositivo acima transcrito, a alienação de bens públicos, em especial de bens imóveis, exige a demonstração do interesse público,





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria**

Processo nº 344/2026  
Projeto de Lei Executivo nº 04/2026  
Mensagem nº 05/2026

a avaliação prévia do bem e a autorização mediante lei específica. Embora a norma preveja expressamente a necessidade de licitação na modalidade leilão, o ato proposto enquadra-se na hipótese legal de dispensa de licitação, nos termos do art. 76, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de doação destinada a fins de interesse social devidamente justificados, conforme se observa a seguir:

*Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:*

*(...)*

*b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas "f", "g" e "h" deste inciso;*

No caso concreto, verifica-se que o imóvel objeto da doação destina-se à ampliação de unidade escolar estadual que já desempenha relevante função social no Município, atendendo significativa parcela da população estudantil local. A medida proposta visa, portanto, viabilizar a adequada expansão da infraestrutura educacional, em consonância com as diretrizes pedagógicas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação e com o interesse público municipal.

Ressalta-se, contudo, que não foi anexado ao processo legislativo o respectivo laudo de avaliação prévia do imóvel, documento essencial para atestar a observância dos requisitos legais e patrimoniais da doação, sendo recomendável que tal avaliação seja formalmente apresentada no curso da tramitação da matéria.

Diante do exposto, opinamos pelo **PROSSEGUIMENTO** da presente proposição legislativa, desde que seja apresentada a avaliação prévia do imóvel objeto da doação.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria**

*Processo nº 344/2026*  
*Projeto de Lei Executivo nº 04/2026*  
*Mensagem nº 05/2026*

Por fim, insta frisar que a emissão de parecer por esta Procuradoria não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Cariacica/ES, 04 de fevereiro de 2026.

**GUSTAVO FONTANA ULIANA**  
**Procurador Jurídico**

